



Informativo Especial - Resolução nº 228/2021 do CNMP

CAOP de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência <caop.idosoepcd@mppr.mp.br>
Para: CAOP de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência <caop.idosoepcd@mppr.mp.br>

16 de novembro de 2021 16:26

Informativo Especial | Resolução nº 228/2021 do CNMP

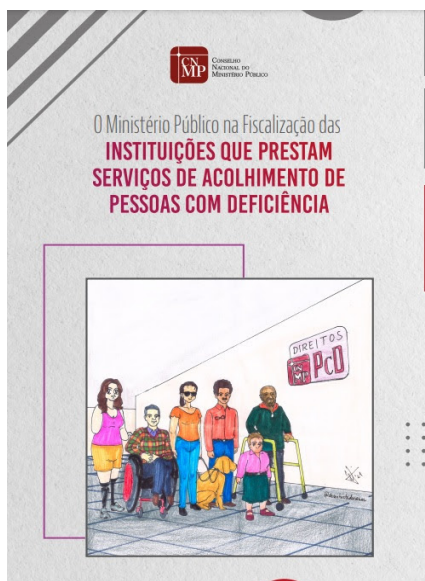
Prezados(as) Colegas,

O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (CAOPIPCD), vem reforçar a informação acerca da publicação da [Resolução nº 228/2021](#) pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



Esta Resolução trata de um assunto de notável interesse, especialmente para os membros do Ministério Público que atuam nas Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, uma vez que trata do dever funcional de inspecionar pessoalmente, com periodicidade mínima anual, as instituições que prestem serviços de acolhimento para esse público.

Importante destacar que a aprovação da Resolução e a elaboração do Instrumental de Apoio, composto por Guia e formulários (para utilização pelo Promotor de Justiça e Equipes Técnicas), contou com intenso trabalho dos membros de diferentes MPs – dentre os quais estava a Promotora de Justiça Melissa Cachoni Rodrigues atuante neste CAOPIPCD – que integraram (entre 2019 e 2021) o Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (GT7), o qual compõe a [Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais \(CDDF\)](#) do CNMP.

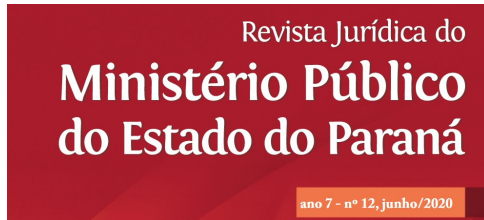


Instrumental de Apoio

1. Guia - "O MP na Fiscalização das Instituições que prestam serviços de acolhimento de pessoas com deficiência";
2. Formulário para visita pelo Promotor de Justiça;
3. Formulário para visita pela Equipe Técnica de Serviço Social/Psicologia/Pedagogia;
4. Formulário para visita pela Equipe Técnica de Engenharia;
5. Formulário para entrevista com os usuários.
6. Planilha para informações individualizadas dos usuários.

Um relato sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do GT7, que contou com a contribuição de Grupos de Trabalho no âmbito do MPPR (com participação das equipes jurídica e de engenharia do CAOPIPCD, bem como da equipe técnica multidisciplinar do CAEx), consta no artigo "Fomento à consolidação da atuação ministerial na defesa das pessoas com deficiência que residem em instituições de acolhimento: o histórico da proposta e a [Resolução do CNMP](#)", publicado na [Cartografia da Maratona de Direitos Fundamentais do CNMP](#), evento

que ocorreu entre os dias 23 e 26 de fevereiro/2021, do qual a Promotora de Justiça do MPPR, Melissa Cachoni Rodrigues, participou com a exposição intitulada "O Ministério Público e a Pessoa com Deficiência - Acessibilidade".



Outro material também produzido pelo CAOIPCD que aborda o tema é o artigo "Instituições de Acolhimento para pessoas com deficiência: mudança de paradigma, decisões judiciais e importância da atuação do Ministério Público Estadual",

publicado na Revista Jurídica do MPPR - ano 7 - nº 12, junho/2020 (p. 249-275).

Importante ressaltar que este Centro e Apoio, replicando a experiência exitosa do Projeto "MP Inclusivo: ILPIs Fiscalizadas" e a fim de auxiliar da melhor forma possível a atuação dos membros do MPPR na efetivação de seus deveres funcionais, tem promovido articulação com setores internos da instituição para definição de estratégia estadual e estruturação de banco de dados com o levantamento dessas instituições, como etapas iniciais do Projeto "MP Inclusivo: Instituições de Acolhimento PCDs Fiscalizadas".

Por fim, destaca-se que, em parceria com a ESMP, o Centro de Apoio promoverá (no dia 25/11/2021, a partir das 10h) a Live "Fiscalização de Instituições de Acolhimento para Pessoas com Deficiência", para discutir a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência acolhidas em instituições, bem como (no dia 26/11/2021, a partir das 10h) uma Oficina para discutir questões práticas relacionadas ao material elaborado para auxiliar no cumprimento do dever funcional previsto na Resolução nº 228/2021 do CNMP. Maiores informações sobre o evento e inscrições serão divulgadas em breve.

Contamos com a participação de todos neste evento e destacamos que o CAOIPCD está à disposição para esclarecimentos que se façam necessários, bem como para auxiliar as Unidades Ministeriais, a fim de que o MPPR possa desempenhar da melhor maneira possível este importante papel na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Rosana Beraldi Beveranço

Procuradora de Justiça
Coordenadora

Melissa Cachoni Rodrigues

Promotora de Justiça



Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça
dos Direitos do Idoso

(41) 3250-4000 | caop.idosoeprd@mppr.mp.br | idoso.mppr.mp.br